

Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana?

Marco Antonio da Silva Mello
Arno Vogel

Resumo

O desenvolvimento das cidades e as transformações que provoca nos sistemas construídos, ao longo de diferentes períodos históricos, abre perspectivas para que se proceda a uma leitura arqueológica dos espaços urbanos. Esta pretende não só registrar a sucessão de padrões urbanísticos, mas estabelecer uma correlação entre as diferentes formas urbanas das quais foram preservados testemunhas e os modos de vida - as práticas quotidianas - que caracterizam esses ambientes.

A idéia de propor uma arqueologia urbana começou a surgir em 1979, no Catumbi. (1) O bairro estava, na época, sujeito a um processo de intervenção que por muito pouco não levou ao seu total desaparecimento. Havia uma pesquisa em curso cuja preocupação central eram as formas de apropriação dos espaços de uso coletivo para fins de lazer. O trabalho envolvia uma equipe integrada por profissionais de diferentes áreas - arquitetura, urbanismo, educação, sociologia e antropologia -, embora seu viés dominante fosse a perspectiva antropológica.(2)

Durante todo o período da pesquisa de campo percorremos o bairro em inúmeras caminhadas. Andamos até que soubéssemos de cor, não só os limites consensuais do seu território, os nomes e localização de suas vilas, ruas e logradouros públicos, mas ainda toda sorte de informações a respeito de suas realidade arquitetônica, da evolução urbana que tinha experimentado a partir do século XIX, bem como dos modos de vida que haviam caracterizado a comunidade de moradores nas diferentes épocas de sua existência.

Boa parte dessas explorações tiveram o caráter de visitas guiadas. Isso era uma decorrência do próprio estilo de trabalho, pois desejávamos escrever uma etnografia que levasse em conta a versão dos próprios atores. Queríamos aprender. Tínhamos nossas teorias e sabíamos que eles tinham as deles. O problema era como juntar todas elas em uma versão abrangente capaz de explicar mais completamente as perguntas que nos ocupavam. Por isso nos deixamos guiar, ouvindo e registrando com atenção tudo que nos era contado a respeito do que consideravam relevante mostrar-nos.

Logo a primeira caminhada nos proporcionou uma experiência curiosa, cujo alcance só se revelaria, por inteiro, algum tempo depois. E foi desse primeiro contato, dessa experiência inusitada que surgiu, mais tarde, a idéia da proposta de uma arqueologia do urbano.

1. DA GEOGRAFIA FANTÁSTICA À ARQUEOLOGIA URBANA

O assunto do bairro eram as demolições. Todos sabiam que de acordo com os planos de renovação urbana tudo viria abaixo. Por causa disso, pouco se importavam com o tema “apropriação de espaços coletivos para fins de lazer”. Andando pelas pistas recém-

asfaltadas do complexo viário da Linha Lilás,(3) nossos cicrones falavam com veemência e gesticulavam muito. Indignados apontavam as partes destruídas do casario. Na extremidade de cada uma das ruas que o novo eixo viário tinha seccionado as ruínas sugeriam uma outrora continuidade do tecido urbano.

De repente, um deles estanca no meio do asfalto e começa a recordar: “Aqui era a casa da minha mãe”. Com o olhar fixo na superfície para nós vazia de significados, agita os braços. Traça linhas e descreve ângulos, projetando no chão o risco de uma casa, cuja planta mal e mal conseguíamos visualizar. “Este era o meu quarto; a cozinha ficava ali atrás, do lado do quarto do meu irmão.” Mais alguns passos e com as mão estendida indica outra porção indiferenciada da rua. “Mesmo aí morava a Dona Maria, nossa vizinha. Gente boa. Cansava de nos emprestar ovos, uma xícara de açúcar, essas coisas.”

Seguimos o fluxo dessa narrativa sem ousar interrompê-la. Vez que outras interjeições de admiração incentivam nosso interlocutor a prosseguir com sua descrição que, retrospectivamente, resolvemos chamar de “geografia fantástica” do Catumbi. Em ocasiões subsequentes fomos brindados com outros relatos parecidos. E, através deles, descobrimos uma forma peculiar do exercício da memória que tomava como objeto a própria materialidade dos espaços urbanos, restabelecendo continuidades e evocando lugares lá onde, para nós, não existia nada além de pistas de asfalto, montes de escombros e terrenos baldios.

Era como se estivéssemos assistindo a uma escavação. Sem os instrumentos que esse tipo de prática costuma utilizar, mas nem por isso menos vívida e convincente. Quem resolvesse prestar atenção ao relato, veria aparecer diante de si soleiras, portas e janelas, salas, quartos de dormir, corredores e quintais, E quem tivesse dificuldade para imaginar o que lhe estava sendo apresentado, poderia resolver o problema com um simples movimento de cabeça. Bastaria que levantasse os olhos, voltando-os para o que restava do bairro e compreenderia imediatamente do que se tratava.

Se, no entanto, o plano das demolições tivesse sido levado até o fim e nada mais existisse do velho Catumbi, tudo ficaria mais complicado. Nessas circunstâncias, restaria talvez a esperança de encontrar, por debaixo da capa de asfalto, ao longo de minuciosas escavações os vestígios capazes de comprovar e ilustrar, para o visitante, a existência pretérita de um *habitat* sepultado pelos planos de renovação urbana.

A ninguém, entretanto, ocorreria empreender escavações no eixo viário da Linha Lilás. Isto seria não só inviável, como, provavelmente, inútil. Por esse motivo a idéia de uma arqueologia do meio urbano tenderia a ser ou descartada ou passaria a depender de acontecimentos fortuitos como, por exemplo, a construção de um metrô.

Como não podemos abrir mão de um conhecimento mais e mais apurado do processo de transformações que orientaram o devir das nossas cidades e não queremos, por outro lado, ficar na dependência de grandes intervenções urbanísticas nos proporcionem a oportunidade de aprofundar o nosso saber nesse campo, achamos que se deve propor uma Arqueologia Urbana por meios e modos que prescindam das escavações.

Trate-se, pois, de inaugurar uma nova linhagem de pesquisas que se recomenda não só pelo seu caráter pioneiro, mas também pela urgência de se produzir um conhecimento mais sofisticado a respeito da evolução da sociedade urbana brasileira, quanto às transformações dos seus aspectos morfológicos, em particular no que se refere à dinâmica histórica dos sistemas construídos e de sua dimensão sócio-espacial.

2. RAZÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA DO URBANO

Embora não se deva confundir arqueologia com escavação, o propósito de investigar o urbano partindo de uma perspectiva arqueológica vem a ser o de exumar, no sentido metafórico, trazendo-os à luz e evitando destruí-los ou entregá-los ao esquecimento - o que, na maioria vezes, vem a dar no mesmo -, sistemas de relações que fundam a lógica operativa e simbólica de espaços, elementos, conjuntos e equipamentos urbanos.

As experiências etnográfica e arqueológica se aproximam nesse ponto. Ambas têm no trabalho o campo como pressuposto, pois este lhes permite o exercício do diálogo com as formas sócio-culturais. Ambas têm a tradição de descrever e interpretar. Querem registrar o que existe descobrir os significados das coisas. Pretendem saber como elas são usadas dentro de determinados contextos sócio-culturais. Querem restituir-lhes o sentido.

Uma arqueologia tal como se propõe aqui teria a virtude de estabelecer a compreensão do sistema-de-objetos solidariamente com a vida quotidiana da cultura. O grande problema do arqueólogo, no entanto, sempre foi o silêncio das formas com as quais tinha de trabalhar. Para além da existência, articulada no espaço (continuidade geográfica), e das seqüências cronológicas (profundidade temporal), há uma relação sociológica da qual se poderia afirmar que é o *outro* da arqueologia.

Através do seu esforço de prospecção e registro, a disciplina busca, precisamente, uma dimensão que transcende a tipologia dos espaços construídos. O resultado desse esforço tem sido, na maioria das vezes, uma narrativa conjectural, cuja finalidade é tornar plausível a correlação entre os elementos e materiais tal como esta se encontra estabelecida numa prática social e historicamente determinada. Essa ficção, no entanto, depende essencialmente das informações que a erudição do arqueólogo seja capaz de colocar a serviço de sua tarefa hermenêutica.

A contribuição positiva de uma arqueologia do urbano consiste na atualização dessa tradição erudita, criando um lugar discursivo no qual seja possível o entrecruzamento de informações elaboradas a partir de perspectivas de conhecimentos diferentes, porém complementares. O esforço para propor uma nova leitura do urbano, aliando a variedade de perspectivas e tópicos de interesse à exaustividade da representação documental seria, em última análise, o objetivo da proposta que, no entanto, pretende alcançar mais além.

O que pretendemos é revitalizar a própria idéia de fazer arqueologia. Para tanto será preciso conjurar, uma vez mais, o lugar-comum estreito, desprestigiado e caricato da caça às *artiquities*, da procura obstinada de tesouros artísticos ou, ainda, do romantismo das escavações espetaculares de túmulos e repositórios perdidos de culturas e arquiteturas arcaicas.

3. ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE: OS SISTEMAS CONSTRUÍDOS COMO MEMÓRIA

A justificativa da proposta de uma Arqueologia Urbana, do ponto de vista epistemológico, reside nas três contribuições essenciais que esta perspectiva poderia oferecer ao campo de investigação sobre os meios urbanos em nossa sociedade.

Em primeiro lugar, está a preocupação com a diversidade dos modos e estilos de vida que se encontram na base de nossa formação social. A Arqueologia Urbana, no entanto, não quer reeditar uma concepção atomística semelhante àquela que celebrizou a teoria das *sobrevivências*. Não se trata, pois, de modo algum, de inventariar conjuntos urbanos que o processo de mudança das cidades deixou intactos para lidar com eles como se fossem restos isolados de colorido exótico. Seu interesse arqueológico é de outra natureza.

A preocupação fundamental vai no sentido de estabelecer as bases para uma compreensão de identidades culturais, a partir dos sistemas construídos vistos como totalidades atuais de uma sociedade urbana. Estas identidades, entretanto, só se definem em virtude da constante mistura do velho com o novo, do tradicional com o moderno, das permanências com as inovações. Mas como a unidade de sentido é sempre atual, o que existe de velho e novo, tradicional e moderno, permanência ou inovação se articula *sempre* através de um determinado conjunto de práticas.

Por isso, uma determinada parcela do sistema construído da cidade apresenta significados atuais e potenciais. Uma edificação que hoje tem tal ou qual uso, em outros momentos se integrou à totalidade urbana de outra forma. E no futuro poderá ter novos usos e significados.

O caminho para definir a identidade, o caráter de certos bairros, regiões e centros urbanos depende, portanto, em maior ou menor escala, de se reconstituir a história dos seus espaços e da maneira de praticá-los. Isso envolve a idéia da recorrência quotidiana; do que é comum dentro de determinados quadros de referência sócio-espaciais.

A terceira contribuição da perspectiva aqui adotada seria, precisamente, recuperar os estudos e as análises voltadas para o habitual, em oposição ao excepcional. Convém lembrar a propósito que não só os comportamentos, as maneiras de pensar e sentir, que compõem a unidade complexa de uma totalidade social, fazem parte do costume. A materialidade das coisas culturais representa uma de suas dimensões mais importantes. Os sistemas construídos, tal como o próprio quotidiano, não se limitam a desempenhar o papel de cenários inertes das formas e dos eventos sociais. São eles, na verdade, que dão lugar tanto ao desempenho das rotinas, quanto à produção dos acontecimentos.

A cidade surge, neste sentido, como o *theatrum* da sociedade. Ela é o lugar da representação e da expressão. Os lugares urbanos são palcos onde se representam os papéis mais significativos para os diferentes grupos sociais que habitam a cidade. Como são estes os responsáveis pelo aspecto e conformação desses lugares, podemos acrescentar que, através deles (lugares) se expressam os valores afeiçoados na sociedade. O espaço construído é, portanto, um elemento constitutivo da própria cultura e confere ao modo de vida vigente o seu caráter peculiar.

A grande virtude da Arqueologia Urbana seria, pois, a de restituir, para os membros da sociedade em questão, o sentido de sua existência sócio-histórica e, portanto, de sua identidade. Assim, se poderia fugir também ao simplismo tipológico e reducionista tão comum às ideologias do progresso.

O progressismo equaciona, de um lado categorias como *passado*, *tradição*, *obsolescência*, *padrões estéticos e funcionais indesejáveis*, enquanto alinha do outro, *futuro com modernidade*, *com eficiência e beleza*.

A relação de um ponto do sistema com outro, nesse caso, é visto sempre como termos evolutivos. O nexos causal dessas séries evolutivas indica a necessidade de abandonar tudo que possa evocar um momento a ser superado e a adoção voluntária, "esclarecida" e, às vezes, acrítica dos elementos que são identificados com uma nova etapa da vida urbana, da qual se acredita que é superior.

O resultado dessa concepção se evidencia, particularmente, através das seguidas, sistemáticas e inumeráveis intervenções modernizadoras que as nossas cidades sofreram, nesse contexto. Em consequência delas, surgiram áreas configuradas de acordo com os novos padrões de racionalidade e gosto, enquanto porções inteiras do tecido urbano foram sendo erradicadas ou esquecidas porque tomadas como significantes de tradições urbanísticas, sociais e culturais ultrapassadas.

O rompimento com o estilo de vida que tais formas abrigavam quase sempre se revestiu de um caráter de violência, quer pela destruição material, quer pelos danos propriamente sociais e culturais que afetaram a vida de inúmeras pessoas e a memória de comunidades urbanas inteiras. Essa circunstância gerou uma tendência simétrica e inversa: *o conservantismo culturalista*. De seu ponto de vista, a cidade desejável já existia e estava no passado. Era este que tinha de ser valorizado e protegido contra o projeto de uma modernidade radical.

No Brasil o dilema *progressismo x culturalismo* produziu dois casos ilustrativos dessa polaridade. A modernidade intransigente de Brasília, intolerante para com as formas vernaculares da arquitetura e do urbanismo tradicionais, se opõe ao preservacionismo museológico que tem feito de Ouro Preto um de seus cavalos de batalha, rejeitando quaisquer transformações provenientes das demandas de um cotidiano que não é mais o do século XVIII.

Ambas as perspectivas pretendem ditar normas. Tanto a vertente progressista quanto o culturalismo acreditam nas suas utopias, sejam elas prospectivas ou nostálgicas. As duas atitudes têm em comum a suposição de que é possível e desejável anular a vitalidade surpreendente do cotidiano com suas inovações e transformações infinitesimais.

Estes, no entanto, são casos circunscritos e extremos. Daí lhes vem a vocação ilustrativa. Nas cidades brasileiras, o que constata apesar do dinamismo das mudanças, é um equilíbrio tenso entre diferentes gerações de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, representando diferentes estilos de vida e modos de conceber e perceber o urbano. A preponderância, ao menos em tendência, do racionalismo progressista tem promovido a substituição intensiva e extensiva dos sistemas construídos tradicionais, admitindo eleger e conservar apenas aquilo a que se pudesse atribuir o caráter de monumento - igrejas, palácios, fortificações, conventos, chafarizes e outros equipamentos urbanos "do passado".

Os critérios dessa seleção privilegiam, além da profundidade histórica, um certo esteticismo da antiguidade (*rareté*), a pureza formal do exemplar e, mais comumente, a relação com eventos ou presenças extraordinárias.

O primeiro pressuposto dessa atitude é a concepção atomística do que vale a pena conservar ou restaurar para os contemporâneos, fazendo prevalecer o gosto do pitoresco, o consumo contemplativo dos espíritos requintados, para não mencionar o surrado argumento da capitalização turística. O segundo é a descontextualização dos objetos ou fragmentos preservados com relação aos valores e princípios sócio-culturais que definem (ou definiam) os seus usos funções e significados. Este procedimento apresenta, em geral, como limitação

incontornável dos "achados" e "vestígios" materiais de sociedades a muito desaparecidas. No caso dos sistemas construídos urbanos integrados às formas atuais da vida social, no entanto, isto resulta num colecionismo empobrecedor de realidades sociológicas freqüentemente subestimadas. Era disso que estávamos falando ao destacar a necessidade do estudo do sistema do espaço em solidariedade com a dimensão da vida quotidiana.

Em nossas cidades, a dinâmica da vida urbana manteve, combinando-os, padrões urbanísticos inspirados por concepções e determinações distintas daquelas consideradas desejáveis, quer pelo funcionalismo modernista. A situação da maioria destas se presta, por isso mesmo, a uma leitura orientada segundo dois eixos opostos e complementares. O primeiro privilegia a sucessão temporal - o aspecto diacrônico da forma urbana e arquitetural -; o segundo enfatiza a contemporaneidade de formas pertencentes aos sucessivos cortes temporais registrados. O problema dessa diversidade se coloca, a partir daí, não só para o observador preocupado com o registro e a compreensão do tepid urbano, mas sobretudo para os usuários e utentes da cidade.

A idéia de uma Arqueologia Urbana preocupada com o levantamento historicamente escalonado de conjuntos do sistema construído das cidades e de sua alocação funcional em diferentes momentos de sua existência, não se volta apenas para o registro curioso de uma realidade urbana cambiante. Mas que isso, procura apreender as correlações sociológicas que, em cada época, articularam a totalidade urbana. Preocupa-se, também, com as cidades no seu aspecto significativo ou expressivo, encarando-as como elementos de uma representação que as sociedades produzem de si para si mesmas.

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais os centros urbanos - sistema construído e relações que o animam - constituem uma unidade em tensão e em processo. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo de modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as idéias e as relações característica de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética.

Objeto percebido e produto coletivo, a cidade se modifica sem parar. Não há resultado definitivo para esse devir, a não ser que ele seja bruscamente interrompido. Enquanto isso não acontece as cidades vão sendo formadas e transformadas para atender aos objetivos de seus múltiplos construtores. Para funcionar de acordo com os parâmetros concorrentes que caracterizam uma época determinada. E para servir de realização estética e erótica aos homens que são os seus artífices. Por isso, uma Arqueologia Urbana pode nos ensinar muita coisa, não só a respeito das práticas do dia-a-dia, mas também a respeito dos sonhos e da imaginação, das artes do fazer e do viver de uma sociedade.

RESUMÉ

Le dé desveloppement des villes et les transformations auxquelles on éte sujets les systèmes construits, au cours des différents moments historiques, ouvre des perspectives pour qu'on procède à uno lecture archéologique des espaces urbains. Cette lecture veunt non seulement enregistrer la sucesion des structures urbanistiques, mais aussi faire une corrélation entre les différentes formes urbaineis desquelles ont éte preservé des

témoignages et les manières de vivre (les pratiques quotidiennes) qui ont fait l'ambiance de ces villes ou quartiers.

NOTAS

(1) O Catumbi é um bairro adjacente ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação data de meados do século XIX, quando era um lugar de quintas e chácaras nobres. Aparece na obra de Machado de Assís. É o famoso mata-cavalos de Capitu. Mais tarde acolheu numerosos imigrantes, principalmente de origens portuguesas (açorianos), italianos e ciganos. Situado dentro da área da Cidade Nova foi votado à erradicação pelo Plano Doxiadis. A renovação urbana, que chegou em meados dos anos 60, botou a baixo mais da metade do bairro. Em 1981, um decreto de preservação ambiental, obtido na gestão do prefeito Israel Klabin, depois de longos anos de intensa luta e mobilização dos moradores, conseguiu proteger da destruição o que ainda restava dele.

(2) Realizado no âmbito do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, sob a orientação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, o projeto de pesquisa, financiado pela Finep, teve seus resultados divulgados através de livro e filme, ambos intitulados **Quando a Rua vira Casa**.

(3) O complexo viário da Linha Lilás foi aberto no final dos anos 70, para ligar o Túnel Santa Bárbara à Avenida Presidente Vargas e ao Cais do Porto, estabelecendo a ligação da Zona Sul com a Avenida Brasil.

In: *Revista de Arqueologia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.2, n.2, jul/dez.1984, p.46-50.